

A INTERSECCIONALIDADE NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ENSINO SUPERIOR

Carine Valéria Mendes dos Santos

- Professora e Pesquisadora - Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (IP-UFAL).
- E-mail: carinevmendes@gmail.com

Cibelle Vitoria dos Santos Gaspar

Eduardo de Lima Buarque

Gabriely Santos Melo

Hellen Vitorya Querino de Jesus Santos

Ítalo Bruno Salvador Mendonça Cavalcante Lins

Maria Clara Sibaldo Menezes

Thaís Buarque de Souza Costa

- Estudantes de Psicologia – Instituto de Psicologia da Universidade Federal de Alagoas (IP-UFAL).

INTRODUÇÃO

Desenvolvido por Kimberlé Crenshaw (2002), o conceito de interseccionalidade propõe uma análise integrada, ao destacar como diversas formas de subordinação se combinam e influenciam profundamente a vivência dos indivíduos e grupos. Nessa perspectiva, as identidades sociais não devem ser compreendidas isoladamente, mas em sua articulação, já que cada indivíduo pode reunir diferentes marcadores, como gênero, raça e classe, que interligados moldam de forma singular sua experiência no mundo (Silva e Faleiros, 2023). Essa abordagem permite identificar as múltiplas camadas de desigualdade e, a partir delas, desenvolver estratégias concretas de enfrentamento. Como afirmam Conceição e Neves (2020, p. 169), “defendemos a importância de considerar a interseccionalidade também em sua dimensão prática (não somente analítica), fazendo dela uma perspectiva comprometida com a luta por melhoria e justiça social”.

Nesse sentido, a interseccionalidade tem sido utilizada na elaboração de práticas pedagógicas mais atentas à realidade dos sujeitos e às condições concretas em que se desenvolvem as interações escolares (Silva, 2023). Essa discussão, longe de ser apenas conceitual, tem impulsionado práticas pedagógicas que tensionam currículos tradicionais e promovem uma reconfiguração das abordagens didáticas, orientando-as para a valorização das múltiplas dimensões que constituem a comunidade escolar (Silva, Herneck e Simone, 2023). No contexto do ensino superior, enquanto espaço de produção e circulação de saberes, essa perspectiva se mostra igualmente indispensável, pois, a interseccionalidade, ao considerar a interrelação entre diferentes marcadores identitários, permite compreender como desigualdades sociais afetam de forma específica os sujeitos em suas trajetórias acadêmicas (Auaud e Cordeiro, 2018).

Incorporar a interseccionalidade ao cotidiano acadêmico significa ir além da diversidade representacional, promovendo transformações estruturais que acolham e valorizem as diferentes experiências de vida e saberes historicamente marginalizados (Silva e Faleiros, 2023). Nesse sentido, uma perspectiva interseccional decolonial

na formação de professores exige a ruptura com epistemologias eurocêntricas e a valorização dos saberes produzidos nas margens (Tomelin e Rausch, 2023). Trata-se de construir uma práxis docente comprometida com o reconhecimento das diferenças, mas também com a transformação das estruturas de opressão que marcam a vida universitária e as relações pedagógicas.

Inspirado em intervenções lúdicas no campo da Educação, este trabalho, portanto, propõe refletir sobre uma atividade, construída a partir da criação de jogos e orientada com o objetivo de promover práticas educativas que estimulem a reflexão crítica, considerando a articulação entre múltiplos marcadores sociais como raça, classe, gênero e sexualidade. A sistematização dessa vivência se justifica pela importância de repensar o ensino superior a partir de experiências que rompem com visões universalizantes, fortalecendo uma educação comprometida com a equidade, a diversidade e a transformação das relações pedagógicas e institucionais.

METODOLOGIA

O relato de experiência possibilita a análise crítica de práticas pedagógicas concretas, integrando vivência profissional e reflexão teórica (Santos, 2023). Dessa forma, ao articular prática e teoria, o relato de experiência consolida-se como uma via epistemológica que favorece a crítica, a inovação e a transformação no campo educacional. Logo, a experiência, construída na perspectiva da interseccionalidade, mostra como o cotidiano da sala de aula pode ser uma fonte rica de conhecimento, revelando os desafios, as trocas e os sentidos que marcam o processo de ensino e aprendizagem.

A atividade objeto do presente relato foi desenvolvida a partir de uma proposta pedagógica da disciplina de Processos Psicológicos Básicos I, componente curricular do curso de Psicologia em uma universidade federal localizada no Nordeste do Brasil. Cada equipe deveria criar um jogo educativo que articulasse questões envolvendo um processo psicológico básico (percepção, sensação, atenção, inteligência ou memória) com marcadores sociais - como raça, classe social, gênero, deficiências e sexualidades, com o objetivo de estimular o aprendizado teórico por

meio de metodologias ativas, com ênfase na produção de conhecimento a partir de diálogos interativos e da participação ativa dos alunos nos diversos processos de ensino-aprendizagem.

A partir desta proposta, foi desenvolvido um jogo da memória composto por 48 cartas (24 pares), no qual os jogadores precisam relacionar palavras ou expressões com suas respectivas definições, abordando conteúdos ligados à sexualidade e gênero. A seleção dos termos teve por finalidade representar temas que estimulam uma reflexão crítica e uma ampliação do conhecimento dos participantes sobre o assunto. A construção do jogo considerou a necessidade de clareza conceitual, acessibilidade da linguagem e o potencial do jogo como ferramenta lúdica de memorização ativa e promoção de aprendizagens que integram temas da Psicologia e reflexões sobre sexualidade e gênero.

DISCUSSÃO

Ao adotar uma abordagem baseada na interseccionalidade em nossa prática pedagógica, compreendemos que marcadores sociais como raça, gênero, classe social e sexualidade desempenham um papel ativo na formação da identidade dos indivíduos (Crenshaw, 2002). Desse modo, os marcadores influenciam diretamente as percepções, os sentimentos e as formas de interação social, operando de maneiras interligadas e criando uma rede complexa de influências na percepção de mundo. Além disso, as normas sociais atuam como sistemas de poder que também participam na moldura dos comportamentos e interações dos indivíduos em uma sociedade. Elas influenciam nossas decisões e definem o que é considerado aceitável ou inaceitável, desempenhando um papel crucial na formação das dinâmicas sociais. Nesse contexto, Crenshaw (2002) afirma que “a discriminação interseccional é difícil de ser identificada em contextos onde forças econômicas, culturais e sociais silenciosamente moldam o pano de fundo” (Crenshaw, 2002, p. 176). Essa perspectiva evidencia que mecanismos discriminatórios, como racismo, sexismo e lgbtfobia, não operam de maneira isolada, mas se inter cruzam, moldando regras sociais que perpetuam a exclusão de minorias e a produção de desigualdades.

A elaboração do jogo foi guiada pela proposta de trabalhar o processo psicológico da memória em diálogo com os marcadores sociais de sexualidade e gênero. Para isso, adotou-se uma perspectiva que não limitasse o uso da memória à simples repetição, mas sim a utilizasse como uma ferramenta capaz de provocar reflexão e reformular sentidos. Embora Júnior e Faria (2015) apresentem a memória como um processo neurofisiológico universal, é importante destacar que os processos de aquisição, consolidação e evocação da memória não são neutros em relação aos contextos sociais e culturais nos quais os sujeitos estão inseridos. Ao utilizar esse processo psicológico para além dos mecanismos biológicos, objetivamos compreender de que maneira os marcadores identitários podem moldar concepções sobre sexualidade e gênero. Assim, propusemos a criação de um jogo da memória que incorporasse esses conceitos, estruturado para que os jogadores possam explorar como os marcadores identitários interagem e se influenciam nos dinamismos sociais.

Por meio da associação entre imagens, palavras e definições, o jogo permite que conceitos muitas vezes já conhecidos sejam revisitados sob novos olhares, o que contribui para uma possível nova compreensão sobre os temas abordados. Dessa forma, parte-se do reconhecimento de que a memória também pode ser um caminho para a transformação simbólica e educativa. Nesse contexto, a opção pelo formato do jogo da memória deve-se, em grande parte, à sua familiaridade, simplicidade estrutural e potencial de engajamento. Sua dinâmica, amplamente conhecida, permite uma participação imediata dos participantes, favorecendo o envolvimento com os conceitos de maneira lúdica e reflexiva. Cada par de cartas articula um termo e sua definição, de modo que o ato de recordar se torne também um exercício de reconstrução de sentidos, capaz de confrontar noções normativas que, frequentemente, orientam os discursos sobre corpos, desejos e identidades.

Durante todo o processo de elaboração, manteve-se o compromisso de abordar os conteúdos com o cuidado formativo necessário, de modo a garantir sua força crítica e educativa. Por isso, optou-se por uma linguagem clara e acessível, que pudesse se comunicar tanto com adolescentes e jovens quanto com educadores, sem perder a profundidade exigida pelos temas complexos. Essa preocupação

fica clara nas cartas apresentadas na Imagem 1, que abordam diferentes aspectos importantes para o debate sobre sexualidade e gênero. A carta “Consentimento” inicia a discussão a partir de uma perspectiva relacional, ressaltando o respeito, a escuta e a autonomia como princípios fundamentais. Em seguida, a carta “Nome Social” traz à tona o reconhecimento das identidades trans e travestis, denunciando os apagamentos institucionais que historicamente afetam essas existências. Por fim, a carta “Diversidade Sexual” amplia as representações possíveis, questionando modelos binários e normativos que ainda limitam o entendimento sobre orientações sexuais.

Imagem 1:

Cartas Consentimento, Nome Social e Diversidade Sexual do jogo da memória



Fonte: Autor, 2025

Com isso, o jogo não apenas mobiliza a memória como recurso cognitivo, mas também amplia sua função ao usá-la como ferramenta de significação social e crítica. A cada nova partida, os participantes são provocados a revisar percepções e construir sentidos a partir de experiências que desafiam discursos hegemônicos. Dessa forma, o jogo oferece uma experiência pedagógica que reconhece a multiplicidade das

identidades e a complexidade das estruturas sociais que atravessam os sujeitos no espaço educativo. Afinal, a educação configura-se como um campo profundamente vinculado à compreensão das identidades e das vivências humanas, desempenhando um papel essencial na formação dos sujeitos e na construção das sociedades. (Silva e Faleiros, 2023). A partir dessa perspectiva, definem-se como objetivos específicos da atividade: (1) estimular a memória a partir da associação conceitual; (2) ampliar o repertório crítico dos participantes sobre diversidade sexual e de gênero e (3) incentivar o reconhecimento, o respeito e a valorização das identidades plurais.

Ao reconhecer a multiplicidade de identidades presentes no espaço escolar e a complexidade das estruturas de poder que as atravessam, os educadores tornam-se capazes de ajustar suas abordagens pedagógicas de forma a contemplar as necessidades específicas dos estudantes e favorecer um ambiente de aprendizagem mais inclusivo. Nesse contexto, um dos principais benefícios da aplicação do jogo em diferentes espaços formativos é o estímulo à empatia e à construção de compreensão mútua entre os alunos. O contato com perspectivas diversas possibilita o desenvolvimento de uma percepção mais aprofundada sobre a complexidade da diversidade humana, fortalecendo práticas pedagógicas efetivamente comprometidas com a equidade, o respeito às diferenças e a construção de uma educação socialmente justa e inclusiva (Silva e Faleiros, 2023).

A construção do jogo da memória permitiu a formulação de perguntas que vão além do que geralmente é esperado e mobilizam os participantes a uma reflexão sobre si, suas crenças e posicionamentos. As cartas, ao tratarem de conceitos como identidade de gênero, orientação sexual, reprodução e consentimento, atuam como disparadores de processos de questionamento a si mesmo. Diante de definições que muitas vezes diferem do senso comum, os jogadores se veem inclinados a pensar “onde estou nisso tudo?” ou “o que já me ensinaram sobre isso?”. Assim, a dinâmica provoca uma autoanálise subjetiva e política.

Essa proposta se alinha à experiência de Almeida, França e Melo (2021), que desenvolveram um jogo de tabuleiro com estudantes da área da saúde, envolvendo personagens que vivenciam diferentes condições de desigualdade social, de identidade e econômica. Assim como em nossa proposta, o jogo não se limitou a

instruir, mas provocou desconfortos, tensões e percepções críticas que muitas vezes só surgem quando os alunos são colocados em papéis distintos dos que normalmente ocupam. O relato mostra estudantes expressando revolta, frustração ou apego a privilégios, sentimentos que revelam como o jogo pode ser ferramenta para abalar naturalizações e abrir espaço para a crítica. De maneira semelhante, o RPG “Trilhas da Diversidade”, analisado por Furlan (2021), promoveu vivências ficcionais em que futuras educadoras performaram papéis e cenas que atravessavam gênero, sexualidade, classe e padrões estéticos. A experiência potencializou movimentos de distinção e reconhecimento da diversidade, além de colocar em cena as normas de inteligibilidade de gênero e os desconfortos que surgem quando essas normas são invocadas. O relato é especialmente útil para questionar identidades fixas e desafiar os discursos hegemônicos na sociedade.

Além disso, em nosso jogo da memória interseccional, a apresentação dos termos e suas definições provoca questões que não podem ser pensadas de forma isolada. A carta sobre “reprodução assistida”, por exemplo, propõe uma ampliação do imaginário coletivo que geralmente associa apenas a casais heterossexuais inférteis. A definição adotada no jogo desloca essa perspectiva para novas representações e o uso de tecnologias reprodutivas, considerando famílias homoafetivas, pessoas trans e indivíduos solteiros, o que inicia outras discussões sobre parentalidade.

Em diálogo com os trabalhos de Almeida, França e Melo (2021) e Furlan (2021), compreendemos que os jogos, ao lidarem com marcadores sociais, também ativam nos jogadores a necessidade de se posicionarem politicamente. Mesmo na ficção, os jogadores atuam evidenciando conflitos sociais reais, como exemplifica Furlan, o jogador, ao interpretar um personagem marginalizado, confronta os discursos internalizados e passa a reconhecer práticas e exclusões que muitas vezes naturalizam no cotidiano. Nesse ínterim, a proposta pedagógica descrita neste relato evidencia o potencial dos jogos educativos como instrumentos didáticos potentes para a problematização de marcadores sociais e a vivência prática da interseccionalidade no contexto formativo. O jogo da memória construído, oferece aos estudantes uma oportunidade concreta de se aproximarem da pluralidade de vivências sexuais e de gênero. Para muitos, esse contato poderia representar uma

abertura para reconhecer a imensidão de possibilidades e complexidades das experiências humanas e, historicamente, marginalizadas.

Portanto, torna-se evidente a importância de integrar a interseccionalidade como eixo estruturante das práticas pedagógicas, do currículo e das metodologias de ensino no contexto universitário. Refletir sobre os marcadores identitários nas atividades formativas implica reconhecer que o espaço educacional é marcado por desigualdades estruturais, as quais não se desfazem apenas com representatividade, mas exigem o enfrentamento ativo às epistemologias excludentes. Nesse sentido, o uso de jogos educativos emerge como uma estratégia potente para tensionar práticas tradicionais e promover metodologias mais dialógicas, participativas e conectadas com a realidade dos sujeitos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do jogo educativo de memória centrado em temas de sexualidade e gênero permitiu a aplicação prática da perspectiva interseccional no contexto pedagógico, com a integração de uma abordagem lúdica e crítica sobre normas sociais naturalizadas. A articulação de conteúdos da Psicologia com marcadores sociais relevantes potencializou o processo de aprendizagem e promoveu a assimilação teórica do tema e a problematização das desigualdades. Dessa forma, a incorporação da interseccionalidade implica no reconhecimento de que os processos de ensino e aprendizagem no contexto universitário são atravessados por relações de poder e desigualdades históricas. Nesse sentido, a interseccionalidade potencializa a criação de ambientes educacionais mais acolhedores, contribuindo para a promoção de uma educação de ensino superior socialmente justa e verdadeiramente inclusiva.

Carine Valéria Mendes dos Santos, Cibelle Vitoria dos Santos Gaspar, Eduardo de Lima Buarque, Gabriely Santos Melo, Hellen Vitória Querino de Jesus Santos, Ítalo Bruno Salvador Mendonça Cavalcante Lins, Maria Clara Sibaldo Menezes, Thaís Buarque de Souza Costa

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Ana Mattos Brito de; FRANÇA, Luara da Costa; MELO, Anna Karynne da Silva. Diversidade humana e interseccionalidade: problematização na formação de profissionais da saúde. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional – REVISBRATO**, v. 5, n. 1, p. 134-151, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/en/biblio-1286864>. Acesso em: 03 ago. 2025.

AUAD, Daniela; CORDEIRO, Ana Luisa Alves. A interseccionalidade nas políticas de ações afirmativas como medida de democratização da educação superior. **Eccos – Revista Científica**, São Paulo, n. 45, p. 191–207, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/EccoS.n45.7959>. Acesso em: 03 jun. 2025.

CONCEIÇÃO, Janaína Vianna da.; NEVES, Caroline Scheuer. Interseccionalidade e educação antirracista no ensino de português e literatura. **Calidoscópio**, [S. l.], v. 18, n. 1, p. 162–183, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/cld.2020.181.09>. Acesso em: 04 jun. 2025

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 01, p. 171-188, jun. 2002. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2002000100011&lng=pt&nrm=iso. Acesso: 03 jun. 2025.

FURLAN, Cássia Cristina. Corpos, gênero e performances em cena: entrelaçar entre RPG e experiências na constituição das identidades. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 102, n. 261, p. 21-38, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-795X.2021.e66956>. Acesso em: 03 ago. 2025.

JÚNIOR, Carlos Alberto Mourão; FARIA, Nicole Costa. Memória. **Psychology/Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 28, n. 4, p. 780-788, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528416>. Acesso em: 02 ago. 2025.

SANTOS, Mariana dos Reis. “Eu sou a branquinha do papai”: as intersecções de gênero e raça numa instituição educacional especializada em deficiência visual. **Ambivalências**, São Cristóvão-SE, v. 11, n. 21, p. 194-218, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.21665/2318-3888.v11n21p194-218>. Acesso em: 05 jun. 2025.

SILVA, Fernando Guimarães Oliveira da. Notas para uma pedagogia da interseccionalidade. **Revista Debates Insubmissos**, Caruaru, PE, v. 6, n. 20, p. 191-219, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.32359/debin2023.v6.n20.p191-219>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SILVA, Hirlene de Oliveira; FALEIROS, Thaís Haber. Interseccionalidade na sala de aula: lições de Paulo Freire. **Revista Humanidades e Inovação**, Palmas, TO, v. 10, n. 20, p. 112-123, 2023. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/8932>. Acesso em: 03 jun. 2025.

SILVA, Júlia Maria Nogueira; HERNECK, Heloisa Raimunda; SIMONE, Maria Euclides. Arte, educação e decolonialidade na escola: as perspectivas de mulheres negras arte-educadoras. **Missões: Revista De Ciências Humanas E Sociais**, 9(1), 21–37, 2023. Disponível em: <https://revistamissoeschs.com.br/missoes/article/view/45>. Acesso em: 03 jun. 2025.

TOMELIN, Nilton.; RAUSCH, Rita. Buzzi. Reimaginar a formação docente a partir de uma concepção interseccional: uma discussão decolonial. **Revista Internacional de Formação de Professores**, Itapetininga, v. 8, p. e023008, 2023. Disponível em: <https://periodicoscientificos.itp.ifsp.edu.br/index.php/rifp/article/view/843>. Acesso em: 03 jun. 2025.